

## **IV enanparq**

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

### **MODERNIDADE E ARQUITETURA NEOCOLONIAL: O CASO DA ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA**

SESSÃO TEMÁTICA: DEFINIÇÕES E ESPECIFICIDADES DA ARQUITETURA NO  
DEBATE TEÓRICO NACIONAL

**Autor: Miguel Antonio Buzzar**  
Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP  
[mbuzzar@sc.usp.br](mailto:mbuzzar@sc.usp.br)

**Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido**  
Pesquisadora ArtArqBR Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP  
[terecordido@hotmail.com](mailto:terecordido@hotmail.com)

**Mônica Camargo Junqueira**  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP  
[junqueiracamargo.monica@gmail.com](mailto:junqueiracamargo.monica@gmail.com)

## **Modernidade e Arquitetura Neocolonial: o caso da Escola Prática de Agricultura do Município de Pirassununga**

### **RESUMO**

O Decreto-Lei Estadual nº 12742 (03/06/1942), reorganizou o ensino agrícola criando Escolas Práticas da Agricultura (EPA) em 10 municípios do Estado de São Paulo. As EPA tinham como objetivo propiciar através do ensino prático em regime de internato o avanço científico à produção agrícola e ainda prover um ofício “aos menores desamparados e aos mais pobres”. Com a nomeação do agrônomo e político Fernando Costa como Interventor de São Paulo em julho de 1941, foram construídas pelo governo através da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas cinco das dez escolas indicadas, dentre elas a **Escola Prática de Agricultura do Município de Pirassununga** atual Campus da USP e sede da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos. A partir dos anos 1937, com Estado Novo, a articulação entre poder público e a produção de equipamentos públicos promoveu obras através de várias linguagens arquitetônicas, incluindo a opção pelo neocolonial. Deflagrada em reação à soberania da cultura europeia e comprometida com o objetivo de gerar uma linguagem artística de raízes brasileiras, a arquitetura neocolonial foi lançada por Ricardo Severo em 1914 em São Paulo e nos anos 1920 com o médico José Mariano Filho, no Rio de Janeiro, conheceu nome, teleologia e estrutura conceitual, conformando um movimento. Os caminhos da arquitetura brasileira, acabaram por esmaecer e subtrair a arquitetura neocolonial da historiografia arquitetônica, tornando-a anacrônica frente a sociedade industrial. Ao contrário de um estilo saudosista e anacrônico, o neocolonial propunha-se a elaborar uma arquitetura apropriada às condições técnicas, culturais, climáticas e ambientais do país sintonizada com as transformações em curso, incluindo a solução de programas modernos, como o da Escola de Prática da Agricultura de Pirassununga e, assim, podendo ser interpretado como um movimento arquitetônico-cultural da modernidade e não o seu avesso.

**Palavras-chave:** Escola Prática de Agricultura do Município de Pirassununga, arquitetura neocolonial, modernidade.

## **Modernity and Neocolonial Architecture: the case of Agricultural Training School in the municipality of Pirassununga**

### **ABSTRACT**

State Decree-Law No. 12742 (06/03/1942), reorganized agricultural education by creating schools Practices of Agriculture (EPA) in 10 municipalities of São Paulo. The EPA aimed to provide through practical education in boarding scientific advances to agricultural production and also provide a letter "to the destitute children and the poorest." With the appointment of agronomist and politician Fernando Costa as Interventor of São Paulo in July 1941, were built by the government through the Department of Agriculture, Trade and Public Works five of the ten schools indicated, among them the Agricultural Training School in the municipality of Pirassununga current USP Campus and home to the Faculty of Animal Science and Food Engineering. From the years 1937 to New State, the relationship between government and the production of public works equipment promoted through various architectural languages, including the option for neocolonial. Triggered in reaction to the sovereignty of European culture and committed to the goal of generating an artistic language of Brazilian roots, the neocolonial architecture was launched by Ricardo Severo in 1914 in Sao Paulo and in the 1920s with the doctor Jose Mariano Filho, in Rio de Janeiro, met name, teleology and conceptual structure, forming a movement. The paths of Brazilian architecture, eventually fade and subtract the neocolonial architecture of architectural history, making it anachronistic against industrial society. Unlike a nostalgic and anachronistic style, neocolonial proposed to draw up an appropriate architecture to technical, cultural, climatic and environmental conditions tuned country with the changes underway, including the solution of modern programs such as Practice School Pirassununga of Agriculture and thus can be interpreted as an architectural-cultural movement of modernity and not your back.

**Keywords:** School Agriculture Practice the city of Pirassununga, neocolonial architecture, modernity.

# 1. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Romper com a sociedade presente, transformá-la em passado, superá-la são opções que se constroem no discurso. As referências à obra educacional determinam-na como reiterada operação de apagamento do presente e promessa de um futuro grandioso. Nela, a figura de um brasileiro doente e indolente, apático e degenerado, perdido na imensidão do território nacional – Jeca Tatu, em cuja representação exemplar confluem determinismos cientificistas de ordem vária – representa alegoricamente a realidade lastimada. Afirmar a importância da educação era, muitas vezes, espécie de exorcismo de angústias alimentadas por doutrinas deterministas que, postulavam efeitos nocivos do meio ambiente ou da raça, tornariam infundadas as esperanças de progresso para o Brasil, país de mestiços sob o trópico. Esperava-se superar o Jeca Tatu no trabalhador hiperprodutivo, tarefa da educação, excogitada do determinismo, como alteração do meio ambiente. Tratava-se de introduzir, mediado pela ação de “elites esclarecidas” pela campanha educacional, um novo tipo de fator determinante no que é pensado como processo necessário de *constituição* do “povo” brasileiro: a educação (Carvalho, 1986, p. 94)

A educação, no Brasil do início do século XX, era entendida como integrante da transformação social e cultural, mas também, como agente de transformação da realidade econômica e, desta forma, do atraso em suas várias dimensões. O projeto educacional, tinha um viés claramente moderno, o de projetar o futuro através das transformações no presente. Projetar e formar uma nação e um povo integrava as ações de parte da elite, que iriam ganhar amplitude majoritária durante os anos 1930, mas seria equivocado menosprezar as ações que se fizeram presentes a partir do início da República, apesar de todas as ambiguidades e contradições que a caracterizaram.

O período entre o final do século XIX e o início do XX conheceu o incremento e o auge da produção do café, a expansão da imigração estrangeira, uma aceleração do processo de urbanização (mesmo que desigual em termos do território nacional) e, também, o início da industrialização e, com ela, os defensores do industrialismo. Esses processos, tiveram um impacto grande na sociedade, que se reproduziu em várias dimensões, sendo a educação uma delas, incluindo a educação profissional (ou o ensino técnico). Nilo Peçanha, na presidência da República, “iniciou em 1906 uma política de âmbito nacional, mesmo que tímida, do ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais.

Ainda que não afetado diretamente pela iniciativa federal, no Estado de São Paulo, conforme Luiz Antonio Cunha, os mesmos processos, que tinham nesse Estado o seu centro, também, produziram, como não poderia deixar de ser, um impacto muito grande na educação.

Uma decorrência desses processos foi a implantação do Liceu de Artes e Ofícios na capital do Estado e de escolas profissionais (ou ferroviárias), que tinham o industrialismo como

sustentação ideológica. Outra decorrência, foi a implementação, pelo Estado, de cursos profissionalizantes e a posterior criação de Escolas Técnicas Profissionalizantes. Para a ideologia industrialista, valia a ligação entre indústria e progresso, dela decorrendo “emancipação econômica, independência política, democracia e civilização”. A modernização decorrente da industrialização poderia resolver positivamente o atraso e aliada ao modernismo social e cultural, poderia de fato levar o país a integrar a modernidade, elevando o Brasil ao mesmo patamar dos estados modernos da Europa e dos Estados Unidos. Por outro lado, a ideologia industrialista, também, defendia o trabalho nacional e em uma via de mão-dupla, pregava a necessidade de formação do trabalhador para a indústria e o avanço dessa com o aperfeiçoamento do trabalhador.

Em 1892, logo após a primeira Constituição republicana de 1891 que determinava a separação entre Estado e Igreja e que instituía o ensino laico, o Estado de São Paulo aprovou uma lei de reforma do ensino público, que foi complementada pela criação de cursos profissionalizantes, ministrados à noite, principalmente, àqueles que trabalhavam durante o dia e, conseqüente, não podiam frequentar as escolas nesse período. Os cursos eram ministrados nas mesmas escolas dos cursos diurnos. Em 03 de dezembro de 1909 a Lei n. 1184, criou na capital e no interior “cincoenta escolas preliminares, nocturnas, para creanças operarias” que “serão pelo Governo localizadas nas proximidades das fabricas em que se occupam creanças, cabendo primazia na installação áquellas para cujo funcionamento offereçam casas os estabelecimentos fabris interessados” sendo “vedada a inscripção de quaesquer creanças que não sejam operarias ou filhos de operarios, salvo se, durante um anno, se mantiver em vaga um terço ou mais dos logares das classes, caso em que se poderá completar a lotação com quaesquer outros pretendentes, de conformidade com o artigo”. Assim, as escolas profissionalizantes, tinham um objetivo muito claro de amparar a população carente, dando-lhe um destino, o de formar mão-de-obra para o trabalho industrial, em grande parte, tendo o industrialismo como seu suporte ideológico. (<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1909/lei-1184-03.12.1909.html>, acessado em 27/05/2016).

Esta iniciativa deu ensejo no Estado de São Paulo, segundo Cunha “a criação de uma rede escolar estadual, sem similar na demais unidades da federação” (Cunha, 2005, p. 142).

### 1.1. Escolas Técnicas Agrícolas

Para Rodrigo Sarruge Molina e Mara Regina M. Jacomeli, o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX conheceram:

*forte concorrência no mercado mundial de produtos agropecuários, reflexo direto do novo imperialismo desencadeado pelas nações industrializadas da Europa que começaram a produzir matéria prima e alimentos em suas colônias em todo globo terrestre. Assim, parte dos ruralistas nacionais de tendência ilustrada empresarial entenderam a importância de inovar o sistema produtivo com máquinas, comunicação (estradas, portos, trem) e a introdução de instituições de pesquisa agrícola como o Instituto Agrônomo de Campinas e instituições de educação agrícola para racionalizar, otimizar a produção, visando criar competitividade aos seus produtos em nível internacional.<sup>1</sup>*

De certa forma, no início do século XX, iniciativas de criação de escolas agrícolas, iriam acompanhar o mesmo ideário das escolas profissionais ligadas à indústria (conhecidas como escolas de ofício). Entretanto, ainda que parte da elite agrária compreendesse a necessidade de modernizar o campo, a maioria da elite, beneficiária do latifúndio e de todas relações produtivas que ele inculca, não compartilhava os mesmos ideais. Se o Decreto de Nilo Peçanha de 1906, no âmbito federal, criou 3 Escolas de Ofício - Campos, Petrópolis, Niterói -, no âmbito da produção rural, criou apenas uma de aprendizagem agrícola, em Paraíba do Sul, todas no Estado do Rio de Janeiro.

No caso de São Paulo, onde não pode ser desprezada a importância da agricultura, como o demonstra a riqueza advinda da cultura do café, inclusive para o desenvolvimento da indústria, houve algumas exceções. Além do Instituto Agrônomo de Campinas (fundado em 1887), em 1898 a criação da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, reorganizada em 1905 com o nome Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, além de se empenhar na melhoria da produção agrária, tinha uma dimensão gerencial visando a formação dos filhos de fazendeiros ou de futuros funcionários administradores.<sup>2</sup>

Assim, no Estado os objetivos presentes nas escolas de ofício (mormente os vinculados à formação de uma mão-de-obra qualificada), parecem ter esperado um segundo momento em relação as escolas agrícolas, dirigidas inicialmente à formação de quadros gerenciais e ao aperfeiçoamento da agricultura e da pecuária. As estruturas arcaicas no campo, principalmente, as referentes às relações de trabalho, reproduziam-se associadas às estradas de ferro, ícone da modernização, e à formação de dirigentes gerenciais e técnicos. Arcaísmo e modernização tencionavam o ensino agrícola e sua estrutura, durante o início do século XX.

---

<sup>1</sup> Molina, R. S. e Jacomeli, M. R. M., História da educação agrícola no século XIX: formação gestora e operária no Brasil [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada9/files/pUHRQ5Z8.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/files/pUHRQ5Z8.doc) (consultado em 25/05/2016)

<sup>2</sup>Atualmente Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo.

## 2. Arquitetura Neocolonial

A arquitetura modernista, a meu ver, não permanecerá nem no anonimato nem no internacionalismo que está agora. Se se normalizar ela virá, fatalmente a se distinguir em frações étnicas e a se depreciar em função do indivíduo.

Se assim, nada mais justo que a procura e fixação dos elementos da constância arquitetônica brasileira. É com eles que, dentro da arquitetura moderna, o Brasil dará a contribuição que lhe compete.

(...)

Ora os arquitetos que estão trabalhando por normalizar no país um estilo nacional “neocolonial” ou o que diabo se chame, estão funcionando em relação a atualidade nacional. A função deles é pois, perfeitamente justificável e mesmo justa. O que resta saber é se estão funcionando bem. (Mário de Andrade, 1928, in Arte em Revista nº 4, p.14.)

Deflagrada em reação à soberania da cultura europeia e comprometida com o objetivo de gerar uma linguagem artística de raízes brasileiras, a arquitetura neocolonial foi lançada por Ricardo Severo em 1914 em São Paulo e nos anos 1920 com o médico José Mariano Filho, no Rio de Janeiro, conheceu nome, teleologia e estrutura conceitual, conformando um movimento.

Entretanto, para alguns autores, ou melhor, para a vertente hegemônica da historiografia da arquitetura brasileira, que privilegiou a corrente moderna formulada a partir dos escritos de Lucio Costa, de suas obras e do grupo de profissionais formado na década de 1930 no Rio de Janeiro, a partir do projeto para o Ministério da Educação e Saúde Pública, destacando-se Oscar Niemeyer, a produção neocolonial, se de fato possa ser interpretada como uma corrente arquitetônica, foi interpretada como um equívoco. Baseada em um anacronismo de formas, que apesar da pretensão em explorar uma iconografia nacional, esteve sempre mais afeita a uma dimensão decorativa, não dialogando com aquilo que seu nome pretendia revelar, a arquitetura colonial, ou uma interpretação dos seus melhores exemplares. Além disso, segundo Carlos Lemos, havia uma contradição, de tipo xenófoba, na busca pelas raízes brasileiras, na medida em que:

*Dubugras também era estrangeiro, como Ricardo Severo. Desde o seu início (o neocolonial) foi praticado por gente de fora. Georg Przyrembel, arquiteto polonês aqui fixado, por exemplo, que apresentou projetos pretensamente neocoloniais na exposição da Semana de Arte Moderna de 1922, também fez obras daquela modalidade pelos anos anteriores ao citado evento modernista (...).* (Lemos, 1985, p. 170)

Ainda que a afirmação de Dubugras como neocolonial seja parcial, conforme se depreende das análises do próprio Lemos, a discussão remeteria as qualidades pouco substantivas

dessa produção. Os termos da crítica revelam que, ao contrário do que Mário de Andrade concebia, não havia o exercício da “constância arquitetônica brasileira”, pelo contrário, havia carência conceitual, revelada na utilização do termo modalidade, como o estilo, caracterizaria algo menor de dimensão efêmera, que de nacional pouco teria, pois praticada por arquitetos estrangeiros, incapazes de interpretar os predicados nacionais. Claro que nem só de arquitetos estrangeiros vivia a arquitetura neocolonial, mas as críticas feitas, particularmente, as que colocavam os atributos nacionais, ou mais precisamente, o caráter nacional, como medida de qualidade, impediam sua correta avaliação como linguagem arquitetônica.

Reverendo o debate Moderno versus Neocolonial, Fernando Atique na sua análise do Neocolonial, por uma lado, identifica suas questões, incluídas às relativas a formulação de uma arte-arquitetônica nacional, por outro, informa que ao seu lado e com ele cruzando caminhos prosperou o Mission Style, derivado das formulações dos arquitetos Paul Philippe Cret e Albert Kelsey, presentes no projeto da sede da Pan American Union (1907) em Washington (EUA), hoje Organização dos Estados Americanos. Conforme Atique, para além da questão nacional, as intersecções com o Mission Style, revelam um repertório de soluções presente em obras de arquitetos e engenheiros arquitetos formados na Escola Nacional de Belas Artes, Escola Politécnica e no Mackenzie College, nas primeiras décadas de século XX.

Por sua vez, Roberto Conduru analisando o livro de Carlos Kessel "Arquitetura Neocolonial no Brasil, Entre o pastiche e a modernidade", defende que:

*Já no título, (o livro) situa o neocolonial entre o pastiche e a modernidade, apresentando-o como uma transição entre o pastiche do ecletismo e a modernidade da arquitetura racionalista. O título permite, contudo, outra interpretação, que a análise confirma. Longe do mundo da criação e após tantas revisões do ecletismo, desmistificações do movimento moderno, de suas teorias e histórias, Carlos Kessel toma o pastiche não como um equívoco da prática acadêmica, mas como um dado arquitetônico e cultural a ser problematizado historicamente. Na abertura semântica do título, é possível ler o pastiche e a modernidade como elementos intrínsecos ao neocolonial, como pólos entre os quais se configura o movimento – o que leva a pensar em que medida o ecletismo e o modernismo arquitetônico também se*

*delineiam entre esses pólos. Move-o, portanto, uma atração pelo seu objeto e, ao mesmo tempo, um distanciamento crítico.*<sup>3</sup>

Ou seja, para Conduru e, certamente, para Kessel o neocolonial não representa uma impostura e nem mesmo sua análise pode ficar restrita a sua alocação como um “estilo” transitório, de preparação. Deve ser interpretado como um movimento cultural que articulava uma linguagem arquitetônica inscrita na modernidade e tensionando, a sua maneira, as polaridades que Baudelaire postulava, o transitório, o fugidio, o contingente por um lado e o eterno e imutável por outro.<sup>4</sup>

Menos que recuperação de um passado, ainda que tenha havido pesquisas históricas e iconográficas de elementos presentes nas construções dos séculos XVI e XVII, trata-se da construção de um ideário cultural e arquitetônico através da invenção de um repertório de formas e elementos que tem como referência a produção pretérita, não para perpetuar o passado, mas para articular essas formas e elementos no presente, incluindo novos programas que a modernização solicitava. A acusação de serem arquitetos estrangeiros, portanto, sem sensibilidade nacional é descabida. O neocolonial encontra-se inscrito nos movimentos variados de busca de uma cultura nacional que marcou em grande parte os países latino-americanos no final do século XIX e boa parte do XX, daí a transitividade de movimentos neocoloniais entre os países latino-americanos, a origem dos arquitetos pouco importa nesse contexto, ou mesmo se a primeira obra do estilo coligado, o Missiones, foi erigida em Washington, o que importa é como os arquitetos resolviam a questão de ligar a modernidade ao passado, como diria Mário de Andrade, se funcionava bem. Nesse aspecto, o pastiche, um procedimento de composição das edificações, com as suas referências e invenções de formas e elementos, “funcionava”, ou ativava a invenção arquitetônica porque nunca houve uma arquitetura colonial única, ou estabilizada, mas manifestações das necessidades construtivas na América portuguesa, própria do embate relativo ao domínio do meio e à afirmação da posse. De todo modo, mais do que o pastiche a natureza do Neocolonial como *Revival*, que será analisada na Conclusão, permitirá compreender os limites do movimento, mesmo considerando seus aspectos positivos.

---

<sup>3</sup>CONDURU, Robert, Entre histórias e mitos. Uma revisão do neocolonial, Vitruvius, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.093/3025>. Acessado em 10/11/2105.

<sup>4</sup> Ver Baudelaire, O pintor da vida moderna, in Poesia e prosa, 1995.

### 3. Era Vargas

De 1920 a 1930 o regime começa a periclitir, arrastando-se em estertores até o golpe fatal, com a deposição do último presidente paulista e a ascensão de Getúlio Vargas. Os preços do café, o principal produto da pauta de exportações, não se sustentam mais no mercado internacional, e as práticas especulativas dos cafeicultores causam a acumulação de estoques que só restaria queimar sob o impacto da crise mundial de 1929. A desestabilização do regime fica patente pelo adensamento das frentes de contestação interna, em particular a dos jovens oficiais do exército., que não demorariam a se coligar com as oligarquias dos estados alheados do jogo político pelo esquema do “café-com-leite”. (Sevcenko, N., *Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*, in *História da Vida Privada III*, p. 37.)

A era Vargas de 1930 a 1945, compreendendo o Estado Novo, a partir de 1937, trouxe transformações estruturais para o país, em termos políticos, econômicos e sociais. A cultura, não ficaria alheia as transformações geradas pelo novo governo, particularmente, após 1937. Em termos arquitetônicos, incluindo a historiografia da arquitetura moderna brasileira, a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública teve um significado único. Através de sua ação, aceitando a orientação de Lúcio Costa, o concurso para a sede do Ministério foi cancelado e o convite a Le Corbusier para “orientar” a equipe formada por Costa, para projetar o edifício sede, foi efetuado. Tal conjunção produziu uma obra exemplar e um caminho para o desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira. Esta pequena narrativa, pode ser melhor precisada, mas é conhecida e deu margem a uma interpretação que durante muito tempo foi repetida. Como pode ser vista na afirmação de Kaufmann, para quem: “Vindo a ditadura militar, Gustavo Capanema deu mão forte a Lúcio Costa, que então convidou jovens arquitetos que já vinham trabalhando antes do Ministério da Educação.”<sup>5</sup>

Tal mão forte, nas palavras de Abelardo de Souza, gerou um:

*(...) ambiente de intenso trabalho e de absoluta fé nos destinos da nova arquitetura brasileira (onde) se formaram os primeiros arquitetos brasileiros como Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Luiz Nunes, Jorge Moreira, Alcides da Rocha Miranda e tantos outros que, abrindo caminho, iriam dar um grande impulso à arquitetura que nascia. Esses foram os verdadeiros pioneiros da arquitetura brasileira, uma vez que a que faziam Warchavchik, Rino Levi e Flávio de Carvalho, era ainda uma arquitetura importada.*<sup>6</sup>

<sup>5</sup> KAUFMANN, R., Intervenção, in *A Arquitetura Moderna no Brasil e seus Traços Autóctones*, in *Arte em Revista* nº 4, p.82.

<sup>6</sup> SOUZA, Abelardo, *Arquitetura no Brasil*, p.11.

Assim, após o edifício do Ministério, inaugurado em 1943, e junto com outras obras icônicas, como o Pavilhão brasileiro de 1939, na Feira Mundial de Nova Iorque e o Conjunto da Pampulha (MG), a arquitetura moderna teria triunfado e, particularmente, teria se conformado como a expressão arquitetônica do governo Vargas. Atualmente, em função da identificação de vários edifícios não modernos concomitantes ao MEC, como os edifícios dos Ministérios da Fazenda, do Trabalho e da Guerra, de extração eclética, projetados no mesmo período e na mesma área, a esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, então capital federal, a formulação da hegemonia moderna no governo Vargas não é mais pertinente. Entretanto, várias situações continuam desconhecidas, ou pouco estudadas, sendo que, nesse segundo caso, encontram-se as Escolas Práticas de Agricultura, produzidas pelo governo de São Paulo entre 1942 e 1945, nelas incluída a Escola de Pirassununga.

### 3.1. As Escolas Práticas de Agricultura

As Escolas Práticas foram incentivadas pelo interventor federal no estado de São Paulo Fernando Costa com o decreto-lei Estadual nº 12742 (03/06/1942), que criou dez unidades a serem instaladas nos municípios de Amparo, Araçatuba, Bauru, Guaratinguetá, Itapetininga, Marília, Pirassununga, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Rio Preto, das quais apenas cinco foram construídas.

Fernando Costa, engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz foi, inicialmente, nomeado por Vargas Presidente do Departamento Nacional do Café e 6 meses depois ministro da Agricultura (1937-1941), quando buscou “*regulamentar e implantar de forma efetiva o ensino agrícola nos mais diversos graus, em todo Brasil*” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2005, p.180), sendo um de seus maiores empreendimentos a criação da Escola Nacional de Agronomia, depois Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, cuja edifício sede na rodovia Rio-São Paulo é de filiação neocolonial.

Fernando Costa, em 1927 havia sido Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo e desde 1918 era Deputado Estadual. Nesse cargo, propôs várias ações e órgãos para o incremento e desenvolvimento de conhecimentos relativos ao setor agropecuário.

Nomeado interventor do estado em 1941, Fernando Costa carregou para a Secretaria da Agricultura a experiência que havia acumulado e, também, a mesma orientação que

conduziu no ministério. As Escolas Práticas de Agricultura foram uma extensão de sua atuação anterior, estadual e federal.

Concebidas como centro de difusão de conhecimentos agropecuários, de incentivo regional, o objetivo dessas Escolas era proporcionar aos jovens entre 15 e 25 anos, o ensino prático e de caráter experimental de modo a promover simultaneamente o avanço científico para a produção agrícola e a formação de técnicos que dessem suporte a esse setor econômico. Cada unidade seria equipada com estações de tratamento, campos de produção, laboratórios, usinas de industrialização de produtos agrícolas, fábricas e oficinas:

*Cada escola receberia 300 alunos internos e 150 semi-internos, capacidade que poderia ampliar-se, pois o projeto previa a ampliação das instalações.*

*Teriam preferência na matrícula os filhos de agricultores ou camponeses assalariados, como eram denominados os trabalhadores rurais, sendo alfabetizados ou não, já que estes certamente seguiriam a profissão dos pais. (Teles e Iokoi, 2005, p.69)*

As características das EPA aproximavam-nas dos cursos e das Escolas Profissionalizantes das décadas anteriores, aquelas animadas pelo industrialismo e que tinham, também, como um dos objetivos centrais a formação do trabalhador, agora em um novo momento político, mas guardando semelhanças com processos anteriores.

Nas EPA, formação do trabalhador e desenvolvimento do conhecimento para o incremento agropecuário, sintetizavam as características anteriormente vistas nos empreendimentos ligados ao campo. Modernismo, conhecimento técnico, entendido como racional, e modernização da produção agropecuária aproximavam-se a partir de um projeto político e econômico que limava as antigas diferenças entre a elite paulista e o governo Vargas, sob o comando de uma personagem com trânsito entre esses dois polos.

As EPA, segundo Francisco Assis Iglesias, diretor do Ensino Agrícola:

*“Estas escolas destinam-se ao preparo do futuro trabalhador do campo, tendo todas elas curso idêntico, com pequenas variantes relativas à produção da zona em que estão colocadas. (...)” (Escola Prática de Agricultura Fernando Costa. Acrópole, São Paulo, n. 80, dez. 1944., p.245.)*

Estas escolas ficaram ativas até a década de 1950, quando foram desativadas e/ou transferidas para usos diversos, sendo duas delas incorporadas à Universidade de São Paulo. Além da já comentada Fernando Costa, a Escola Prática de Agricultura Getúlio Vargas deu origem ao campus da USP de Ribeirão Preto.

A EPA Fernando Costa foi doada à USP em 1957 pelo governador Jânio Quadros, que passou a ter oficialmente a condição de campus em 1989<sup>7</sup>. O investimento feito nessas escolas evidencia que a atividade agrícola constituía ainda uma sólida frente de desenvolvimento pelo menos no Estado de São Paulo, que a historiografia muitas vezes minimiza frente ao desenvolvimento industrial.

Além do objetivo de formação profissional dos trabalhadores rurais e desenvolvimento agrário é relevante na proposta de Costa o vínculo que a mesma pretendeu estabelecer com o caráter simbólico da arquitetura ao impor a linguagem neocolonial para todas as escolas realizadas por órgãos públicos estaduais. (Al Assal, 2009, p.15).

## 4. Conclusão

### 4.1. As Escolas Práticas de Agricultura e a Arquitetura Neocolonial

Sendo responsável pela Escola Nacional de Agronomia de extração neocolonial, somado a filiação neocolonial das EPA é lícito atribuir a Fernando Costa a decisão sobre tal linguagem. Entretanto, mesmo isso sendo verdadeiro, talvez não tenha sido apenas uma iniciativa pessoal. Em pesquisas realizadas nos arquivos da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), foi possível identificar projetos neocoloniais anteriores ao governo de Fernando Costa no Estado de São Paulo, como o Escritório da Estação Experimental de Produção Animal em Pindamonhangaba (Figura 1).

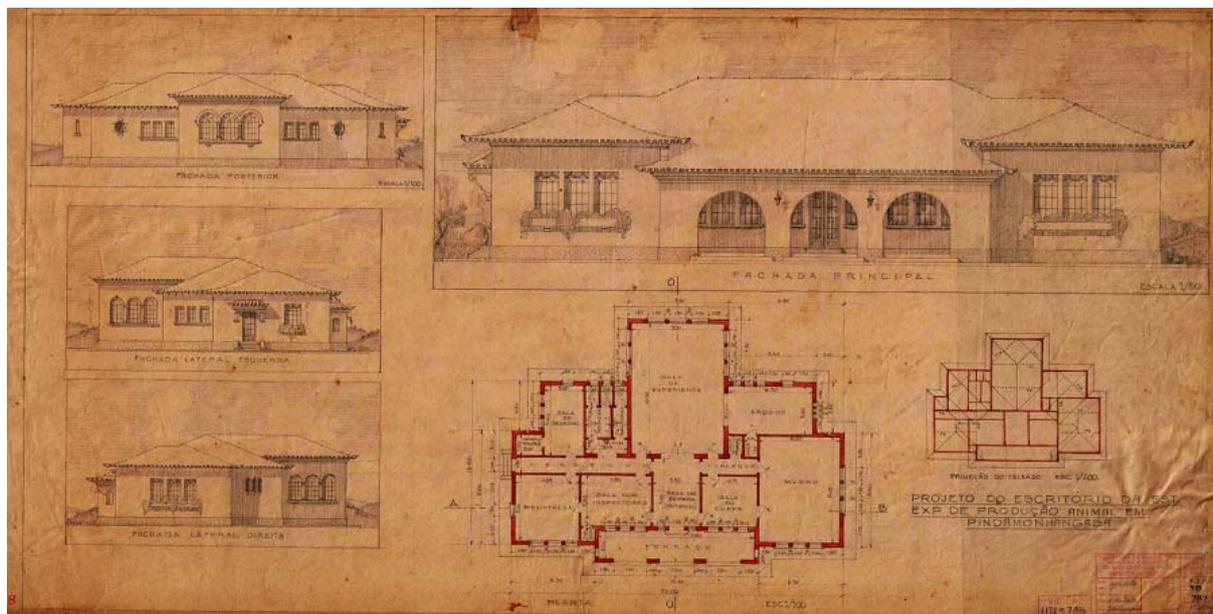


Figura 1 – Projeto do Escritório da Estação Experimental de Produção Animal em Pindamonhangaba  
Fonte: Arquivo da SAA.

<sup>7</sup> Diário Oficial do Estado de 18.10.89, seção I, p. 24.

Das EPA hoje pertencentes à USP, o projeto da EPA Getúlio Vargas, sob a responsabilidade da Divisão de Obras Públicas do Estado de São Paulo (DOP) foi elaborado pelo arquiteto Hernani do Val Penteadó, enquanto a EPA Fernando Costa ficou a cargo da DER - Divisão de Engenharia Rural da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado, entre 1943 e 1944. Sem identificação do autor do projeto, apenas foi possível recuperar que o diretor da DER era o engenheiro Antenor Pinto da Silveira. Al Assal identificou que quase todos os desenhos da EPA Fernando Costa localizados no arquivo da SAA, são cópias heliográficas de originais elaborados pela Sociedade Construtora Brasileira – empresa responsável pela construção dessa escola, o que deixa, segundo a autora, dúvidas em relação aos responsáveis pelo desenvolvimento do projeto. (Al Assal, 2004, p.85).<sup>8</sup>

A Divisão de Obras Públicas pertencia à Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, esta pasta e a Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio (comumente denominada Secretaria da Agricultura) foram desmembradas da anterior Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (que abrigava inicialmente a Divisão de Obras Públicas, anteriormente Superintendência de Obras Públicas). Isto é, os projetos elaborados em ambas novas Secretarias e órgãos (na DOP e na DER) tinham a mesma matriz técnica e arquitetônica e mesmo os projetos contratados obedeciam a tal matriz (assim, mesmo que os projetos da EPA Pirassununga tenham sido desenvolvidos pela Sociedade Construtora Brasileira, estes seguiam orientações desses órgãos). As pesquisas realizadas nos arquivos do SAA, da CPOS (herdeira da DOP) e na Secretaria da Justiça, assim, como as reportagens das obras públicas nos anos 1940 na Revista Acrópole e matérias no Boletim do Instituto de Engenharia no Brasil informam que o Neocolonial era uma fonte arquitetônica consolidada de vários projetos de equipamentos públicos, que traziam no seu escopo a modernização do Estado, dos serviços públicos e da sociedade (ver figuras 2, 3 e 4). Esta linguagem não era a única praticada pelos profissionais de projeto nos órgãos públicos, havia edificações ecléticas, art-déco (ou do que hoje é denominado art-déco) e algumas de uma arquitetura corrente de difícil determinação, mas a sua utilização em escolas talvez tenha um significado específico.

Em 1928, José Mariano, defendeu e aprovou no II Congresso Brasileiro de Educação, realizado em Belo Horizonte, que “(...) os edifícios públicos, especialmente as escolas, fossem vazados em estilo tradicional do país”, ou seja, em estilo Neocolonial. Assim, é muito

---

<sup>8</sup> A Sociedade Construtora Brasileira S/A segundo FICHER (1989, p.156-7) foi criada em 1929 por Roberto Cochrane Simonsen, Francisco Teixeira da Silva Telles, Mário Freire e Egdio de Castro e Silva.

provável que as orientações arquitetônicas de Fernando Costa, do DOP e da Secretaria de Agricultura tenham ligação com essa decisão, pois todos os edifícios neocoloniais das EPA e mesmo o Escola Nacional de Agronomia são posteriores a data do Congresso.<sup>9</sup>

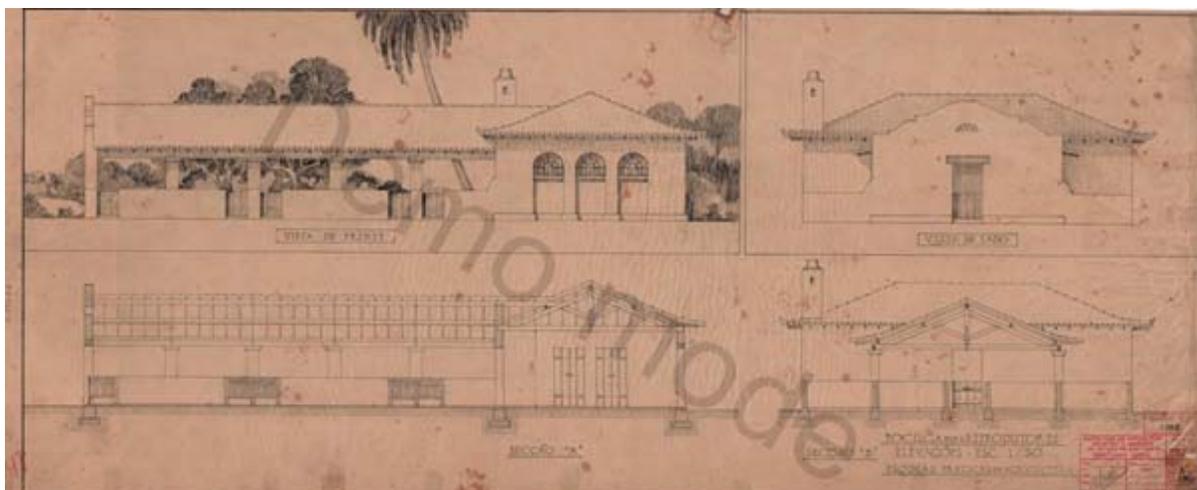


Figura 2 – Projeto do Fonte: Arquivo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

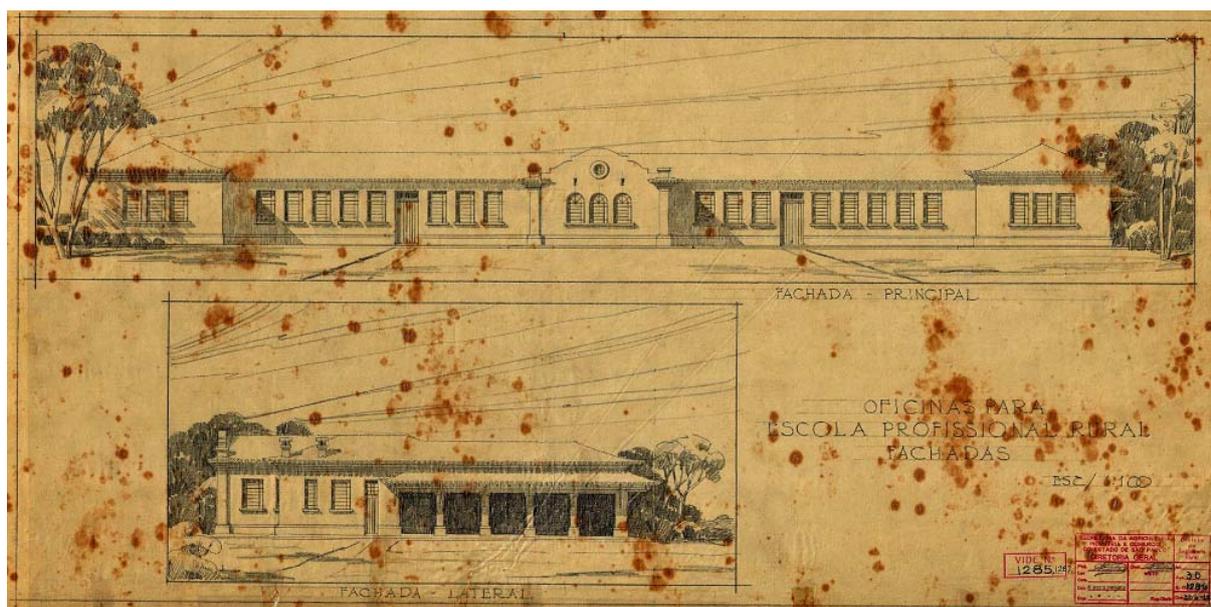


Figura 3 – Projeto para Escola Profissional Rural Fonte: Arquivo da SAA.

<sup>9</sup> Ver Ver KASSEL, Carlos, *Estilo, Discurso, Poder: Arquitetura Neocolonial no Brasil*, pp. 80-81.

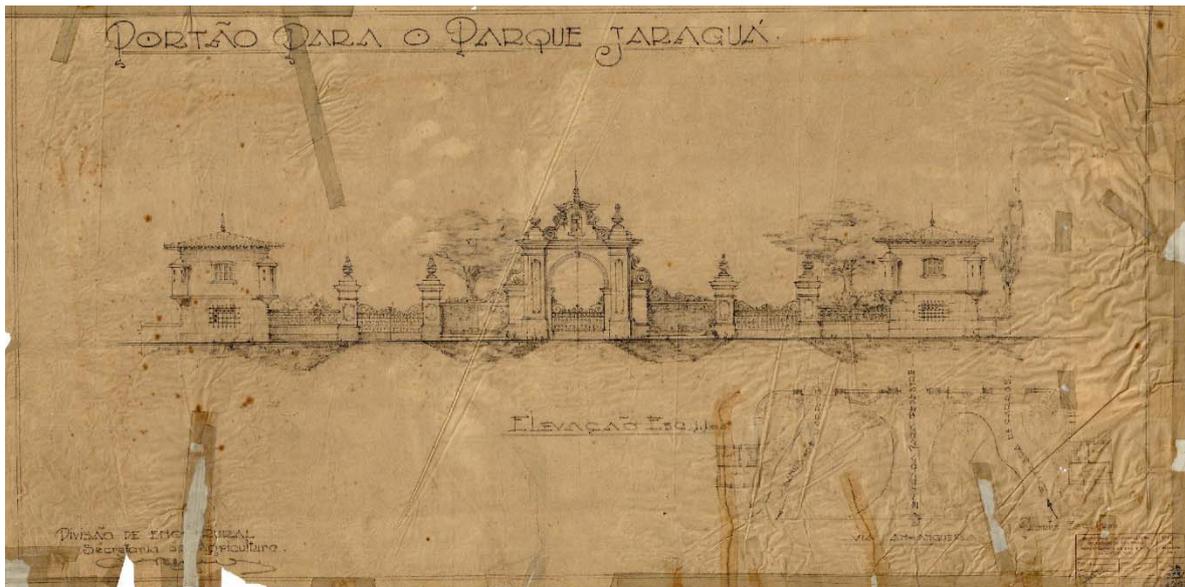


Figura 4 – Projeto do Portal para o Parque do Jaraguá. Fonte: Arquivo da SAA.

A EPA de Pirassununga agrega uma área de 1.000 alqueires, onde ainda hoje funciona uma fazenda modelo, com todos os seus equipamentos, num total de 45 instalações prediais, que incluem laboratórios, oficinas, residências, centro de exposições, centros de pesquisas, hospital veterinário, ginásio de esportes, capela, etc. (ver Figuras 5, 6, 7, 8, 9 e 10)



Figura 5 – Projeto de Implantação do Parque da Escola Prática de Agricultura Fernando Costa. Fonte: Prefeitura Campus de Pirassununga/USP.



Figura 6 – Foto aérea Edifício Central da EPA Fernando Costa (Pirassununga), hoje Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos USP. Fonte: Prefeitura do Campus USP/Pirassununga.



Figura 7 – Foto do Edifício Central da EPA Fernando Costa (Pirassununga), hoje Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos USP. Fonte: Prefeitura do Campus USP/Pirassununga.

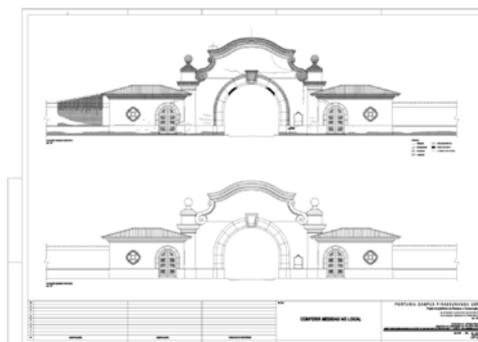


Figura 8 – Redesenho do Portal da EPA Fernando Costa (Pirassununga), hoje Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos USP. Fonte: Prefeitura do Campus da USP

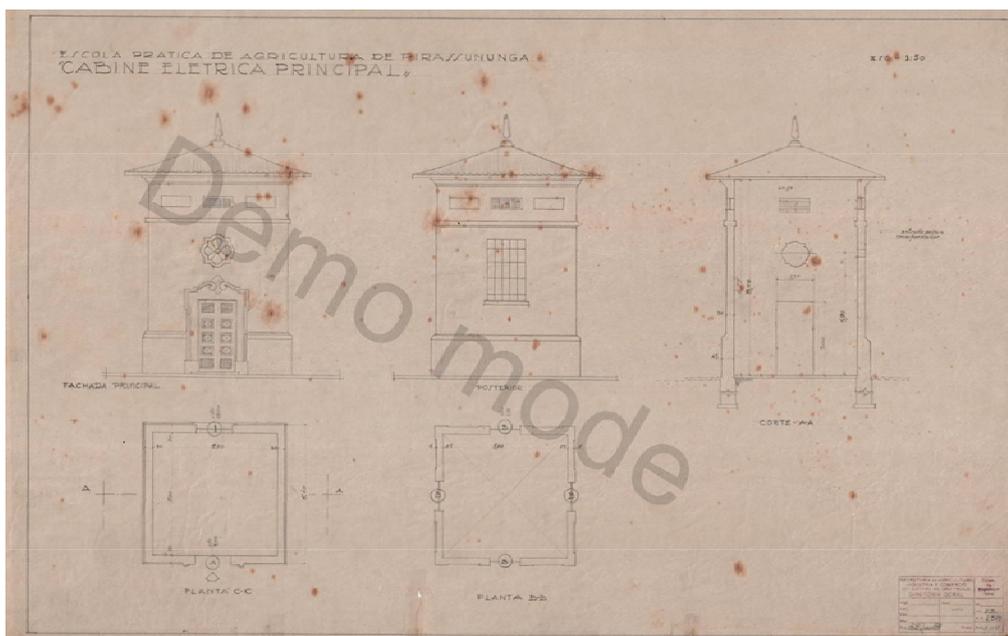


Figura 9 – Cópia do Projeto da Cabine Elétrica Principal da EPA Fernando Costa (Pirassununga).  
Fonte: Arquivo da SAA.

A EPA de Pirassununga destaca-se entre os empreendimentos neocoloniais e, a absorção de um programa de ensino e formação absolutamente moderno, incorporando equipamentos e maquinários, também, modernos, de certa forma, transgride um dogma da arquitetura moderna, o de que somente essa arquitetura estaria apta a responder e absorver os programas da sociedade industrial. Até na atualidade, os programas de formação e pesquisa da USP encontram plena exequibilidade nas edificações do campus, preservado em quase sua totalidade.

#### 4.2. Nacionalismo e Arquitetura Neocolonial

As edificações da EPA Pirassununga permitem uma reflexão como poucas obras neocoloniais sobre as características desse movimento. Da discussão inicialmente realizada sobre o Neocolonial, vale destacar a sua natureza como reação ao Eclétismo. De modo genérico, tal reação assentava-se em um programa nacional do qual a cultura e fazendo parte dela a arquitetura foram partes constituintes.

A questão nacional remete-se a formação dos Estados-nação europeus após as guerras napoleônicas. Para Hobsbawam:

*“Só por um impulso forte para formar um “povo” é que os cidadãos de um país se tornaram uma espécie de comunidade, embora comunidade imaginada, e seus*

*membros portanto, passaram a procurar (e conseqüentemente a achar ) coisas em comum, lugares, práticas, personagens, lembranças, sinais e símbolos. Alternativamente, a herança de partes, regiões e localidades do que havia se tornado ‘a Nação’ poderia ser combinada em uma herança nacional (...)*<sup>10</sup>

Para Marilena Chauí:

*“A Nação, ... (é)... um conjunto de ações e de relações postas pelas falas e pelas práticas sociais, políticas e culturais para as quais ela serve de referência empírica (o território), imaginária (a comunidade cultural e a unidade política por meio do Estado) e simbólica (o campo de significações culturais constituídas pelas lutas e criações social-históricas). A Nação não é; ela se se faz e se desfaz.”*<sup>11</sup>

A arquitetura neocolonial é uma das construções simbólicas que procuraram “demonstrar” que havia uma prática cultural, nesse caso, arquitetônico-construtiva advinda do período da América portuguesa, justamente, fruto do embate entre o conhecimento do colonizador e a condição local, configurada pela limitação material, clima e condição econômica. O Ecletismo dissimulava e no limite anulava essa produção que deveria ser resgatada e revalorizada, mas sobretudo, irmanada às construções pretéritas. Com elas, a arquitetura Neocolonial formava um conjunto que unia presente ao passado. A presença de constructos culturais com características assemelhadas, demonstrava que havia um povo, com cultura própria, que ocupava a extensão territorial do país. Nesse sentido havia uma nação apta a reivindicar sua condição de Estado-nação. Para Hobsbawm, havia uma componente fundamental para a constituição da nação dada pela língua, que no caso, sem menosprezar sua importância, inscreve-se, ou soma-se aos elementos acima descritos (povo, território e cultura).

Por outro lado, a questão nacional adquiriu contornos críticos. Segundo Chauí: “um fantasma ronda as classes dominantes e a intelectualidade brasileira desde meados do século XIX: a busca da identidade nacional. O caráter nacional brasileiro.”<sup>12</sup>

Para a autora, a ideologia nacionalista buscou amalgamar um tecido social frágil, no qual os ideais republicanos nunca foram de fato implementados. A contrapartida de uma política social deu-se através da construção da ideologia nacionalista, que a autora denomina Mitologia Verde-amarela. Esta tinha como objetivo garantir a coesão social que as desigualdades econômicas e as assimetrias sócias desmentiam cotidianamente.

---

<sup>10</sup> Hobsbawm, E.J., op. cit. p.111.

<sup>11</sup> Chauí, Marilena, Conformismo e Resistência, p.114.

<sup>12</sup> Idem, p.94.

Além da questão geral acerca do nacionalismo, havia uma dimensão específica que remetia ao confronto da antiga elite frente à ascensão econômica e social do imigrante. Nicolau Sevcenko discorrendo sobre a produção cultural no início do século XX informa um grande encantamento pela cultura “nativa” e lembrou um aspecto interessante daquele período, a ameaça contra qual reagia Sampaio Dória com a formação da Reação Nacionalista, para quem os brasileiros passaram “*por imprudência, de senhores da terra a colonos dos estrangeiros, que vencem*”, propondo em contrapartida “*a reação nacionalista será, pois necessariamente, uma reação da cultura pela supremacia do nacional.*”<sup>13</sup>

Para Sevcenko, a:

*“busca pelo popular, o tradicional, o local e o histórico não era tida como menos moderna, indicando, muito ao contrário uma nova atitude de desprezo pelo europeísmo embevecido, convencional e um empenho para forjar uma consciência soberana, nutrida em raízes próprias, ciente da sua originalidade virente e confiante num destino de expressão superior.”*<sup>14</sup>

Assim, ao contrário de ser uma concepção carente de ideias e alheia a situação cultural, a arquitetura Neocolonial constitui um movimento amplamente contextualizado e como afirma Kessel representou uma das iniciativas de deslocamento da cultura de matriz europeia que vigoraram, particularmente, após a primeira guerra mundial.<sup>15</sup>

Mas, ainda que Kessel aponte esse e outros aspectos positivos, também, afirma uma característica fundamental da arquitetura Neocolonial para a inteligência do seu declínio, a sua dimensão de *Revival*. Citando Argan:

*“o revival nasce como experiência artística e como redescoberta romântica, e mostra-se até nossos dias não só através da expressão na pintura, na escultura e na arquitetura, como também numa evocação de passados míticos relacionados com construções políticas e ideológicas. Constitui simultaneamente uma evasão da história e uma tentativa de apropriar-se dela; uma estratégia para iludir a passagem do tempo, para colocar-se à margem das transformações, opondo-se à ideia de progresso, cristalizando um estado de coisas que se denuncia na medida em que a permanência de qualquer produto cultural separado de seu tempo perde o sentido de que desfrutava quando fazia parte de um conjunto coerente.”*<sup>16</sup>

Ou seja, mesmo que olhasse o passado, para projetar no presente um futuro no qual a dimensão nacional estivesse preservada e mesmo abarcando programas modernizadores

---

<sup>13</sup> SEVCENKO, N., op. cit, p.246. Pode-se concluir que a ascensão social do imigrante colocava em risco a “unidade da nação brasileira” e expunha contradições sociais que a sociedade, vale dizer a elite dominante, sempre quis ocultar.

<sup>14</sup> Idem, pp.236-7.

<sup>15</sup> Ver KASSEL, Carlos, *Estilo, Discurso, Poder: Arquitetura Neocolonial no Brasil*.

<sup>16</sup> KASSEL, Carlos, idem, p. 68.

como o da EPA de Pirassununga, o Neocolonial não resistiu às críticas de um pensamento deslocado do seu tempo e nesse sentido conservador. Sobre essa característica enquanto revival, a crítica moderna se fez severa, subtraindo a seu favor e em outra chave a questão da 'herança' construtiva da América portuguesa e sua ligação com os preceitos modernos.

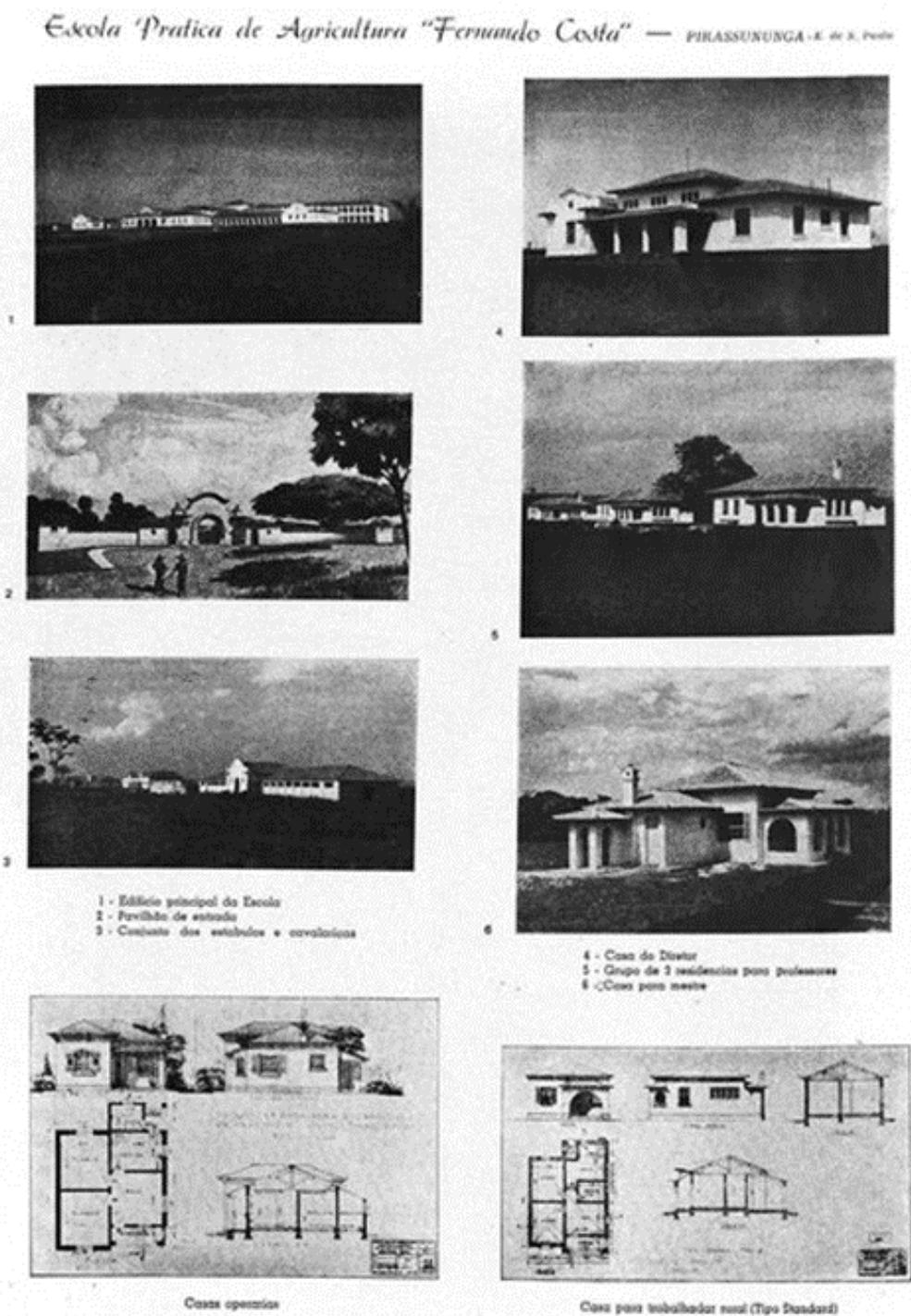


Figura 10 - Matéria/Redação "Obras Públicas do Estado de São Paulo", ACRÓPOLE, nº 73, maio de 1944, p. 5.

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Aracy (coord.). *Arquitetura Neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial / Fondo de Cultura Económica, 1994.

ANDRADE, Mário, *Arquitetura Neocolonial*. *Arte em Revista* nº 4, São Paulo; Kairos, s/d. p. 12-14.

Al Assal, Marianna Ramos Boghosian. *Arquitetura, identidade nacional e projetos políticos na ditadura varguista as escolas práticas de agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: FAU/USP, 2009.

*Arquitetura Moderna no Brasil e seus Traços Autóctones (A)*. *Arte em Revista* nº 4, São Paulo; Kairos, s/d. p.79-87.

CONDURU, Robert, *Entre histórias e mitos. Uma revisão do neocolonial*, Vitruvius, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.093/3025>. Acessado em 10/05/2016.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofício nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Edunesp, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

*Diário Oficial do Estado* de 18.10.89.

*Escola Prática de Agricultura Fernando Costa*. *Acrópole*, São Paulo, n. 80, dez. 1944, p.245.

KESSEL, Carlos. *Estilo, discurso, poder: a arquitetura neocolonial no Brasil*. *História Social*, IFCH/UNICAMP, n.6, 1999.

\_\_\_\_\_, *Arquitetura Neocolonial no Brasil, Entre o pastiche e a modernidade*. Rio de Janeiro: Jauá, 2008.

HOBBSBWN, Eric J.. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

\_\_\_\_\_, *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1989.

MASCARO, Luciana Pelaes. *Escolas Práticas de Agricultura: arquitetura neocolonial no interior paulista*. <http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01520.pdf> (acessado em 12/04/2016)

*Obras Públicas do Estado de São Paulo*. *Acrópole*, São Paulo, n 73, maio de 1944, p. 2-5.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Repercussão das ideias de Ricardo Severo e Raul Lino n debate cultural arquitetônico dos anos 1920 no Brasil. In FERNANDES, José Manuel e SEVCENKO, N., Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso, in Sevcenko, N. (org.). História da Vida Privada III. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Ricardo Severo da Lusitânia ao Piratininga da arqueologia portuguesa à arquitectura brasileira. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

SOUZA, Abelardo. Arquitetura no Brasil. São Pualo: EDUSP, 1978.

TELES, Teresa Cristina e IOKOI, Zilda M. Grícoli. Campus de Pirassununga da USP: memória e história. São Paulo: EDUSP, 2005.

UNIVERSDADE DE SÃO PAULO; CENTRO DE PRESERVAÇÃO CULTURAL. *Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP*. São Paulo, EDUSP, 2005. (p.180)

Endereços eletrônicos:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1909/lei-1184-03.12.1909.html>

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada9/\\_files/pUHrQ5Z8.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/pUHrQ5Z8.doc)

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.093/3025>

<http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01520.pdf>